**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO**: Nº 002/2025

**ÁREA REQUISITANTE**: Secretaria Administrativa

**OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA NOTURNA, EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.

**VALOR ESTIMADO**: R$ 207.885,69 (duzentos e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos).

**MODALIDADE**: Pregão Eletrônico

**TIPO**: Menor preço por item

**TERMO DE REFERÊNCIA** **ELABORADO POR**:

Patricia Oliveira Silva – Chefe da Divisão de Licitações, Compras e Contratos

**DEMAIS RESPONSÁVEIS**

Dina Araujo de Melo - Secretaria Administrativa

João Domingues Mendes - Autoridade Competente – Vereador Presidente

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

* 1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância desarmada noturna, em conformidade com as exigências do edital e detalhamentos deste termo.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **CATSER** | **Objeto** | **Turno** | **Quant. de empregados** |
| I | 23957 | Serviço de Vigilância Desarmada Noturna | Turnos de 12 horas, das 18h às 6h.  Todos os dias | 02 |

* 1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme as seguintes normas: Lei nº 14.133, de 2021, Resolução CMEG nº 15, de 2023, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua execução são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitados.
  2. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global por item, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço por item.
  3. Os serviços a serem contratados não geram vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade ou subordinação direta.
  4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, prorrogáveis sucessivamente pelo mesmo período, respeitada a vigência máxima decenal, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a administração, e que haja disponibilidade de créditos orçamentários, contados da publicação, na Imprensa Oficial, do extrato do contrato assinado, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
  5. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**
   1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de prestação dos serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada no período noturno tem com o objetivo fundamental garantir a segurança das instalações da Câmara Municipal de Embu-Guaçu (CMEG), protegendo a integridade do acervo e dos bens patrimoniais, e prevenindo a ocorrência de danos, como depredação, violação, subtração indevida ou qualquer outra ação que comprometa o patrimônio da referida entidade.
   2. A contratada deverá disponibilizar quantos profissionais forem necessários para manter as unidades da Câmara Municipal funcionando conforme a jornada de trabalho estabelecida.
   3. O posto de serviço funcionará em regime de 12 horas por dia, das 18h às 6h, sendo o serviço continuo 7 dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.
   4. A escala de trabalho poderá ser ajustada em horários compatíveis com o horário de expediente do local da prestação dos serviços, de acordo com a necessidade da Administração.
   5. **Local de execução dos serviços**
      1. Os serviços contratados serão executados nas dependências da Câmara Municipal de Embu-Guaçu, conforme descrito a seguir:
         1. No prédio sede da Câmara Municipal de Embu-Guaçu (denominado SEDE), situado na Rua Emília Pires, nº 135, Centro, Embu-Guaçu, SP, CEP 06900-130.
2. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**
   1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando os Estudos Preliminares constantes do Processo Administrativo nº 002/2025, da Câmara Municipal de Embu-Guaçu.
   2. A necessidade de contratação dos serviços de vigilância surgiu após um episódio de invasão noturna ocorrido em 2023, quando foram depredados bens patrimoniais e furtados documentos do arquivo da sede da CMEG. Este incidente reforçou a urgência e a importância da vigilância noturna para garantir a segurança do patrimônio da Câmara Municipal.
   3. A presente contratação visa assegurar a integridade do acervo e dos bens patrimoniais, e prevenindo a ocorrência de danos, como depredação, violação, subtração indevida ou qualquer outra ação que comprometa o patrimônio da referida entidade.
   4. Considerando o término da vigência do contrato nº 009/2023 com a empresa Seratoni & Lima Vigilância e Segurança LTDA e a decisão da Administração em não proceder com a renovação do referido ajuste, é imperiosa a realização de novo procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada que assegure a continuidade da prestação dos serviços de vigilância.
   5. A quantidade de vigilantes será definida com base nas necessidades estritas para garantir um ambiente seguro e a proteção integral do patrimônio da CMEG, limitando-se ao número mínimo de profissionais indispensáveis para tal função.
   6. Ademais, destaca-se que não há cargos correspondentes na estrutura do quadro de servidores da CMEG que atendam à natureza e especificidade da função, o que torna ainda mais relevante a adoção de serviços terceirizados, dado que, pela sua natureza crítica, a indisponibilidade de vigilância contínua acarretaria sérios transtornos operacionais e riscos à segurança patrimonial da Câmara Municipal.
   7. O objeto da contratação estava previsto no Plano Anual de Contratações para o exercício de 2025, tendo sido efetivado em fevereiro deste ano. Contudo, em virtude da rescisão unilateral do contrato, torna-se necessária a realização de uma nova contratação.
3. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
   1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
      1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva;
      2. A prestação dos serviços que constituem objeto deste Termo de Referência não gerará vínculo empregatício entre os empregados da empresa Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes, que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
      3. Os serviços deverão ser executados por mão de obra qualificada, com funcionários enquadrados conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) - Vigilante (5173-30), devidamente habilitados e com vínculo empregatício com a Contratada;
      4. A Contratada se responsabilizará pela realização de treinamento, qualificação e reciclagem dos profissionais alocados, sem onerar o preço contratado, como forma de garantir o aprimoramento e a manutenção do nível de execução da prestação de serviços, inclusive para aqueles que farão as substituições;
      5. A contratada deverá apresentar, em até 5 dias após a assinatura do contrato, os documentos comprabatórios referente aos empregados vinculados ao contrato:

a) Certificado de conclusão de curso de formação de vigilantes;

b) Carteira Nacional de Vigilante emitida pela Polícia Federal;

c) Laudo médico que comprove aptidão física e psicológica para a função;

d) Registro trabalhista conforme CLT;

* 1. **Critérios de Sustentabilidade**
     1. A solução deverá adotar práticas de sustentabilidade e acessibilidade, bem como políticas afirmativas não discriminatórias e práticas institucionais que tenham como objetivo a promoção de comportamentos éticos e que contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, melhorando, simultaneamente, o meio ambiente e a qualidade de vida do quadro de pessoal do Poder Legislativo, da comunidade local e da sociedade como um todo.

1. **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**
   1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado com no mínimo 01 (um) dia de antecedência, por meio do e-mail: [compras](mailto:compras)@embuguacu.sp.leg.br - Divisão de Compras, Licitações e Contratos.
   2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
   3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentar documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, que comprove sua habilitação para a realização da vistoria.
   4. Ao término da vistoria, será emitido, em 02 (duas) vias, o Termo de Vistoria (Anexo VI), que deverá ter a assinatura do responsável do licitante e do representante da contratante e deverá ser entregue juntamente com a documentação de habilitação.
   5. A vistoria não é obrigatória, mas é aconselhável, para que o licitante possa realizar o correto dimensionamento dos custos a serem despendidos na execução dos serviços para a elaboração da proposta de preços com maior precisão.
   6. A falta de vistoria não desclassifica o licitante, que será responsável pelos ônus advindos de sua omissão. O licitante que não realizar a vistoria deverá firmar/apresentar Declaração de Dispensa de Vistoria (Anexo VII), juntamente com a documentação de habilitação.
   7. Para todos os efeitos, considerar-se-á que o licitante tem pleno conhecimento de todos os termos de participação, natureza, escopo, características, peculiaridades e grau de dificuldade dos serviços.
   8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.
2. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**
   1. A solução para atendimento das necessidades do órgão é bastante simplificada, sendo materializada pela empresa contratada mediante alocação de empregado para desenvolvimento das atividades, de acordo com as especificações e exigências estabelecidas.
   2. A execução dos serviços será iniciada em até 5 (cinco) dias, logo após o envio da Ordem de Serviço, na forma que segue:
      1. **Atividades a serem realizadas:**
3. Rondas Periódicas: Realizar rondas internas e externas para verificar portas, janelas e pontos de acesso;
4. Registrar irregularidades e situações suspeitas;
5. Monitoramento de Áreas: Acompanhar a movimentação em áreas internas e externas por meio de câmeras; e garantir segurança em áreas restritas;
6. Controle de Equipamentos de Monitoramento: Reportar problemas em sistemas de segurança;
7. Atendimento a Ocorrências: Identificar e reagir a alarmes disparados ou acessos não autorizados; e contatar autoridades, quando necessário;
8. Prevenção e Colaboração: Garantir a solução imediata de situações de risco;
9. Relatar necessidades de manutenção ou problemas observados durante o turno;
10. Zelar pela segurança das pessoas do patrimônio e pelo cumprimento das Leis e regulamentos;
11. Controlar a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito.
12. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar.
13. Cumprir, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral, a programação dos serviços fixada pela Administração.
14. Observar, além do disposto neste Termo de Referência, outras atividades e procedimentos definidos pela Administração em regulamentos internos.
15. Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados por ocasião da vistoria dos ambientes;
16. Acionar, de imediato, o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e apoiar a prestação dos primeiros socorros as possíveis vítimas;
17. Preencher corretamente todos os formulários de controle, assinando-os e colocando o número da matrícula, o nome do posto e entregá-los a unidade competente, ao término do turno;
18. Efetuar vistoria em todo o ambiente do posto quando da troca de turno, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe todas as ocorrências, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível e de fácil leitura, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda;
19. Manter afixado no posto de vigilância, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
20. Colaborar com a Polícia Civil, Militar e Federal, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, da melhor maneira possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
21. Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas.
22. Atentar para quaisquer atitudes suspeitas na saída de pessoas em veículos ou a pé, tomando as medidas necessárias para impedir que ilícitos sejam praticados;
23. Atender com prontidão quaisquer determinações do Órgão;
24. Abrir e fechar as portas dos edifícios, no início e final do expediente;
25. Adotar medidas preventivas e repressivas diante de possíveis ataques aos servidores, funcionários e transeuntes que estiverem na Câmara e Gabinete, evitando exposição destes a situações de risco.
26. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
    1. **REFERÊNCIA DE CÁLCULOS**
    2. Para fins de cálculo dos salários e benefícios, adotar-se-á como referência o Carderno Tecnico de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, data-base: Janeiro/2024, Versão 02: Setembro/2024, disponivel no link: https://compras.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/10/P01\_Estudo\_SEM\_Marcas\_Revisao\_Vol01\_RO04.pdf
    3. **HORAS EXTRAS, ADICIONAL NOTURNO E FOLGA TRABALHADA**
       1. As horas extraordinárias, o adicional noturno e a folga trabalhada devidos aos empregados da Contratada que prestarem serviço à Câmara Municipal de Embu-Guaçu, serão remunerados com base no valor-hora do salário do profissional e integrarão o item remuneração da planilha de custos e formação de preços.
       2. As horas extraordinárias serão devidas nos seguintes termos:
          1. A hora extraordinária terá 60% (sessenta por cento) de acréscimo em relação à hora normal;
       3. Serão devidas as horas extraordinárias autorizadas que ultrapassarem a jornada de trabalho estipulada.
       4. O adicional noturno será devido nos termos do art. 73 do Decreto-Lei nº 5.452/1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
       5. A hora normal tem a duração de 60 (sessenta) minutos e a hora noturna, por disposição legal, nas atividades urbanas, é computada como sendo de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.
       6. Os valores de horas extras e adicional noturno somente serão pagos quando os serviços forem expressamente e previamente autorizados pela Secretaria Administrativa, e lançados em folha de ponto atestada pela fiscalização do contrato, com comprovação do pagamento ao empregado.
       7. Os valores de adicional noturno serão considerados e pagos quando ocorrer trabalho entre as 22 horas e as 5 horas do dia subsequente.
       8. Havendo autorização normativa, expressa em legislação trabalhista ou em instrumento coletivo e em contrato de trabalho, fica facultado à Secretaria de Administração optar pelo regime de compensação de jornada de trabalho.
       9. As licitantes deverão apresentar em suas propostas comerciais os valores totais mensais destes itens da seguinte forma:
          1. Horas extras - 60%: orçar o valor total correspondente a 5 (cinco) horas extras mensais, por funcionário;
          2. Adicional noturno - 20%: orçar o valor correspondente a 15 (quinze) dias de 8 (oito) horas cada de adicional noturno mensais, por funcionário;
          3. Folga trabalhada: orçar o valor correspondente a 4 (quatro) dias adicionais mensais, por funcionário.
          4. Adicional de periculosidade – 30% correspondente ao salário base mensal;
       10. O licitante deverá apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, Termo de Ciência de Execução de Horas Extras e Adicional Noturno (Anexo IV) devidamente assinado, declarando que os valores correspondentes às horas extras e/ou adicional noturno somente serão repassados caso haja sua efetiva utilização, mediante prévia autorização para sua realização.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O Vigilante fará jus ao adicional de periculosidade, correspondente ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o salário-base, em virtude da realização de procedimentos específicos relacionados a atividades laborais, conforme clausula 5 da Convenção Coletiva de Trabalho.

DIAS ÚTEIS MENSAIS

Para fins de cálculo na Planilha de Composição de Preços, deverá ser considerado o mês com 15 (quinze) dias úteis.

ISSQN

Para fins de cálculo do Imposto Sobre Serviços (ISS), deverá ser considerado o percentual de 5% (cinco por cento), em conformidade com o disposto na Lei nº 3.129/2022, que alterou o Código Tributário Municipal de Embu-Guaçu (Lei nº 1.724/2001).

UNIFORMES

* + 1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.
    2. A Contratada será responsável pelo fornecimento de um conjunto de uniforme completo aos seus empregados em até 5 (cinco) dias após o início da prestação dos serviços, conforme descrição e quantidades constantes neste termo.
    3. A entrega deverá ser mediante recibo (relação nominal, impreterivelmente assinada e datada pelo profissional), cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à fiscalização.
    4. A Contratada deverá substituir peças do vestuário sempre que houver desgaste visível, e sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação e segurança, devendo ser substituída peça desgastada ou 01 (um) conjunto completo de uniforme a qualquer época, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após comunicação escrita da Contratante.
    5. Caso seja necessário efetuar ajustes e consertos dos uniformes no ato da entrega aos colaboradores, eventuais despesas deverão ser arcadas pela Contratada, sendo vedado o repasse dos custos aos profissionais.
  1. O crachá de identificação é de uso obrigatório e deverá ser fornecido pela contratada, juntamente com os uniformes, e deverá ser substituído assim que apresentar qualquer defeito, não podendo, em hipótese alguma, o funcionário exercer suas atividades sem estar devidamente identificado por esse instrumento laboral.
  2. Descrição de um jogo completo de uniformes, para cada função:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **VIGILANTE (FEMININO ou MASCULINO)** | | |
| **TIPO** | **ESPECIFICAÇÃO** | **QUANT. MÍNIMA** |
| **Calça** | Modelo RIP STOP, passador de cinto, com bolsos, na cor preta. | 02 |
| **Camisa** | Camisa com mangas curtas, confeccionada em tricoline, 51% algodão e 49% poliéster, na cor preta, com emblema da empresa bordado. | 02 |
| **Par de meias** | Em algodão, cano médio, na cor branca. | 02 |
| **Calçado - par** | Coturno, cano médio, com alto grau de conforto, cor preta. | 01 |
| **Cinto** | Cinto de Nylon, cor preta. | 01 |
| **Jaqueta** | Em helanca ou nylon, com emblema da empresa bordada bordado, com bolsos, abertura por zíper frontal, na cor preta. | 01 |
| **Boné** | Boné com emblema da empresa, na cor preta. | 01 |
| **Crachá** | Com foto e identificação | 01 |

* 1. As peças devem ser confeccionadas com material de qualidade.
  2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
  3. A Contratada será responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual - EPIs aos seus empregados no início da prestação dos serviços, conforme descrição e quantidades a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **EUIPAMENTOS** | |
| **TIPO** | **QUANT. MÍNIMA** |
| Lanterna Tática profissional, com baterias recarregáveis e pilhas reserva | 01 |
| Apito com cordão | 01 |
| Colete à prova de balas | 01 |
| Cassetete | 01 |
| Porta cassetete | 01 |
| Livro de ocorrências | 01 |

* 1. Os equipamentos de proteção deverão ser substituídos sempre que houver desgaste visível, e sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação e segurança, devendo ser substituída peça desgastada, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da Contratante.

1. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTA**

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm));

Comunicar ao contratante, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art137)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responder a qualquer tempo, no prazo máximo de 48 horas, solicitações de comprovações de obrigações legais.

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação.

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art116));

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, quando couber, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art116));

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art124)

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;

Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

* + 1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
    2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
    3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
    4. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º- C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Comunicar formalmente, à Receita Federal, a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º- C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

1. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber;

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo Art. 26, da Lei nº 14.133, de 2021;

Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

1. **SUBCONTRATAÇÃO**
   1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
2. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados, pela nova pessoa jurídica, todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
3. **FISCALIZAÇÃO**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

* + 1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023);
    2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023);
    3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023);
    4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023);
    5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023);
    6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023);

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

* + 1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023);
    2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023).

GESTOR DO CONTRATO

* + 1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023);
    2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023);
    3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023);
    4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023);
    5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo sumário de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Resolução Nº 15 de 12 de dezembro de 2023 e lei complementar Nº 179 de 1º de março de 2023);
    6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

1. **DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**
   1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo VIII deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:
      1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
      2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
   2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
      1. não produziu os resultados acordados;
      2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
      3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
   3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
   4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
      1. Avaliação dos níveis mínimos de serviço;
      2. Análise da prestação do serviço;
      3. Aceite definitivo do serviço.
2. **DO RECEBIMENTO E A ACEITAÇÃO DO OBJETO**
   1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
   2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
   3. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
      1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
   4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:
      1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
      2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
   5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
   6. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
   7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
      1. Na hipótese de a verificação, a que se refere este item, não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
   8. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
      1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
      2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
      3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
   9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002 - Código Civil).
   10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
3. **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)**
   1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.
   2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.
   3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.
   4. Para fins de reajustamento contratual, consideram-se insumos os itens relativos a uniformes, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços.
   5. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
   6. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
      1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
      2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;
      3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
   7. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que foi celebrada ou apostilada.
   8. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
   9. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
      1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
      2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
      3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
   10. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
   11. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
   12. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
   13. A Contratante não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
   14. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
   15. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA, com base na seguinte fórmula:

, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = Índice inicial (refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação);

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

* + 1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
    2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
    3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
    4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
    5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
  1. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
     1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
     2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
     3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
  2. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
  3. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
  4. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.
  5. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
  6. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação.

1. **PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**
   1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
   2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
   3. O pagamento, pela Contratante, está condicionado à comprovação, pela Contratada, de quitação das obrigações trabalhistas vencidas, relativas ao contrato. (§ 3º, inciso II, art.121, Lei Federal nº 14.133/2021).
   4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
   5. O pagamento será realizado, em nome do contratado, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, ou boleto bancário, ou fatura, ou chave pix CNPJ, no prazo de até 10 dias uteis contados do recebimento definitivo.
   6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.
      1. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.
   7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
   8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
   9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. Cabendo ao contratado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Pagamento pelo fato gerador

A presente contratação será formalizada por meio de Pagamento pelo Fato Gerador, observando-se os seguintes procedimentos a serem adotados pela Contratante:

* + 1. Serão objeto de pagamento mensal ao contratado o somatório dos seguintes módulos que compõem a Planilha de Composição de Preços, disposta no Anexo III:
       1. Módulo 1: Composição da Remuneração;
       2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;
       3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;
       4. Módulo 5: Insumos; e
       5. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.
    2. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao contratado, devendo ser pagos pela Administração ao contratado somente na ocorrência do seu fato gerador;
    3. As verbas discriminadas no subitem 16.9.2. somente serão liberadas nas seguintes condições:
       1. Pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
       2. Pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
       3. Pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;
       4. Pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e
       5. Outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.
    4. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados no item 17.16.2. não gera direito adquirido para o contratado das referidas verbas ao final da vigência do Contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no Contrato.

1. **DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Em caso de optar pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

* + 1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
    2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.
  1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
     1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
     2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
     3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
     4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
  2. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
  3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
  4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
  5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
  6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
  7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
  8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
  9. Será considerada extinta a garantia:
     1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
     2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido no contrato.
  10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
  11. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.
  12. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto Federal nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
  13. Também poderá haver liberação da garantia, se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho
  14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:
      1. Do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou
      2. Da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

1. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:
      1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
      2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
      3. Der causa à inexecução total do contrato;
      4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
      5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
      6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
      7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
      8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
      9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
      10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
          1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
      11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
      12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
   2. Serão aplicadas, à contratada que incorrer nas infrações acima descritas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:
      1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
      2. Multa sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do prestador do serviço, por qualquer das infrações dos subitens 18.1.1 a 18.1.12;
      3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 18.1.2 a 18.1.7 deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
      4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 18.1.8 a 18.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.2 a 18.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 18.2.3.
   3. Na aplicação das sanções serão considerados:
      1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
      2. as peculiaridades do caso concreto;
      3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
      4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
      5. implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
   4. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3 e 18.2.4 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
   5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

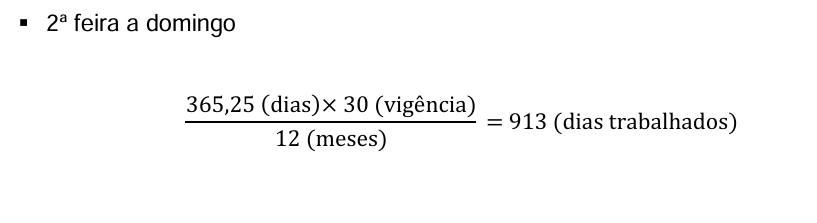
|  |  |
| --- | --- |
| **GRAU** | **CORRESPONDÊNCIA** |
| 01 | 0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 02 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 03 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 04 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 05 | 5,0% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

**Tabela 2**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** | **INCIDÊNCIA** |
| 01 | Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal. | 01 | Por funcionário |
| 02 | Deixar de substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço. | 01 | Por funcionário |
| 03 | Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato. | 01 | Por ocorrência |
| 04 | Não providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada. | 01 | Por ocorrência |
| 05 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização. | 02 | Por ocorrência |
| 06 | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador. | 02 | Por ocorrência |
| 07 | Deixar de utilizar mão de obra qualificada e em quantitativo suficiente para execução do serviço. | 02 | Por ocorrência |
| 08 | Deixar de manter a documentação de habilitação da empresa atualizada. | 02 | Por ocorrência |
| 10 | Retirar funcionários do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratada. | 03 | Por funcionário |
| 11 | Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador. | 03 | Por item e por ocorrência |
| 12 | Deixar de manter canal de comunicação disponível com a contratante. | 03 | Por ocorrência |
| 13 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. | 04 | Por posto |
| 16 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais. | 05 | Por ocorrência |
| 17 | Deixar de manter os funcionários devidamente uniformizados, com trajes em boas condições de conservação, e portando o crachá de identificação. | 05 | Por funcionário |
| 18 | Deixar de cumprir tempestivamente as obrigações trabalhistas devidas. | 05 | Por ocorrência |
| 19 | Fornecer informações inverídicas, caluniosas ou inautêntica. | 05 | Por ocorrência |

* 1. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:
     1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
     2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
     3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
  2. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da CMEG, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
  4. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o órgão poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
  5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

1. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
   1. As exigencias para fins de habilitação jurídica, Habilitação fiscal, social e trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica estão dispostas no edital de licitação.
2. **DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
   1. O cálculo dos dias trabalhados ao longo do contrato (para contratos com 30 meses de vigência) é assim determinado:



Dessa maneira, para um contrato de 12 meses ter-se-iam 365,25 dias trabalhados, chega-se ao parâmetro de aceitabilidade dos preços ofertados de R$ 207.885,69:



1. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
   1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Anual da Câmara Municipal de Embu-Guaçu.
   2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações orçamentárias: 01.01.00.3.3.90.37.00.01.031.0015.2040.

Embu-Guaçu, 18 de março de 2025.

**RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA – assinaturas**

Elaborado por, com determinação de alteração:

**Patricia Oliveira Silva**

**Chefe da Divisão de Licitações, Compras e Contratos**

Autorizado por:

**João Domingues Mendes**

**Autoridade competente**

**Dina Araujo de Melo**

**Secretária Administrativa**